



OS DILEMAS DA RESISTÊNCIA CAMPONESA EM MEIO AO AVANÇO DO AGRONEGÓCIO NO BAIXO AMAZONAS-PA ¹

Edeilton Pereira²

Nelcionei José de Souza Araujo³

RESUMO

O avanço do agronegócio no Brasil, especialmente a partir da expansão da soja, vem provocando intensas transformações territoriais no campo, com repercussões diretas sobre comunidades camponesas. O presente artigo analisa os desafios e dilemas envolvidos no processo de resistência, permanência e desterritorialização de camponeses que decidiram permanecer em territórios pressionados pela presença do agronegócio, no Baixo Amazonas/PA. A pesquisa tomou como referência três comunidades – Prata, Açaizal do Prata (Belterra) e Paca (Mojú dos Campos) – no período de 2015 a 2025. O estudo baseou-se em levantamento bibliográfico, análise documental e observação em campo, em continuidade a investigações anteriores. Os resultados demonstram que, embora a introdução da soja tenha inicialmente causado um “boom” econômico e expectativas de progresso, surgiram conflitos relacionados à expropriação fundiária, degradação ambiental e mudanças nos modos de vida. Contudo, evidenciou-se também a capacidade de resistência e reinvenção das comunidades camponesas, que acionaram estratégias diversas de adaptação e reprodução social. Conclui-se que, apesar das pressões do capital, o campesinato amazônico reafirma sua diversidade, flexibilidade e papel histórico na configuração territorial da região.

Palavras-chave: Campesinato, Agronegócio, Território, Resistência e Amazônia.

RESUMEN

El avance de la agroindustria en Brasil, especialmente con la expansión del cultivo de soja, ha provocado intensas transformaciones territoriales en las zonas rurales, con repercusiones directas en las comunidades campesinas. Este artículo analiza los desafíos y dilemas del proceso de resistencia, permanencia y desterritorialización de los campesinos que decidieron permanecer en territorios bajo la presión de la agroindustria en la Baja Amazonía, Pará. La investigación se centró en tres comunidades: Prata, Açaizal do Prata (Belterra) y Paca (Mojú dos Campos), entre 2015 y 2025. El estudio se basó en una revisión bibliográfica, análisis documental y observación de campo, basándose en investigaciones previas. Los resultados demuestran que, si bien la introducción de la soja generó inicialmente un auge económico y expectativas de progreso, han surgido conflictos relacionados con la expropiación de tierras, la degradación ambiental y los cambios en los estilos de vida. Sin embargo, también se destacó la capacidad de resiliencia y reinención de las comunidades campesinas, que desplegaron diversas estrategias de adaptación y reproducción social. La conclusión es que, a pesar de las presiones del capital, el campesinado amazónico reafirma su diversidad, flexibilidad y papel histórico en la configuración territorial de la región.

Palabras clave: Campesinado, agronegocios, territorio, resistencia y Amazonía.

¹ Essa pesquisa faz parte da Dissertação do Mestrado, defendida no Programa de Pós Graduação em Geografia da Universidade Federal do Amazonas - UFAM

² Doutorando do Curso de Geografia da Universidade Federal do Amazonas- UFAM, edipereira@outlook.com;

³ Professor da Universidade Federal do Amazonas – UFAM, nelcioneiyeo@gmail.com





INTRODUÇÃO

Assim como as máquinas passam aplainando o terreno, retirando toda a vegetação à frente, para o plantio dos grãos do agronegócio, será que este por sua vez, teria o condão de retirar todos os obstáculos que dificultam a expansão dos seus cultivos, inclusive os camponeses em seus próprios territórios? Esse é um questionamento que só o tempo responderá. E como ele é o “senhor da razão”, as respostas tendem a aparecerem no seu devido momento.

Essas respostas estão incrustadas em tempos de mundialização do capital, que ocasiona diversas mudanças e reconfigurações na agricultura, provocando uma reordenação territorial no campo brasileiro. Dentre essas alterações, uma das mais expressivas é a expansão de “novas fronteiras agrícolas”⁴, que se deslocam em várias direções, inclusive sobre territórios já ocupados por camponeses há muito tempo, ocasionando embates de territorialidades divergentes e conflitantes.

Diante desse cenário, o presente trabalho, analisa os desafios e dilemas envolvidos no processo de resistência, permanência e desterritorialização dos camponeses que decidiram permanecerem nesses territórios dominados pela presença do agronegócio e como essa nova territorialização espacial e produtiva vêm provocando alterações no modo de vida e reprodução dessas comunidades. Assim, procura-se também investigar os fatores que explicam as respostas diferenciadas entre as comunidades diante das mesmas pressões.

A constituída pesquisa tomou como referência três comunidades que faz parte do Território do Baixo Amazonas/PA: Prata e Açaizal do Prata, localizadas no município de Belterra; Paca, localizada em Mojuí dos Campos, no Oeste do Pará, nas proximidades da Rodovia Cuiabá-Santarém- BR 163. O recorte temporal considerado, foi o período de 2015 a 2025.

⁴ Importantes estudos sobre a temática da fronteira, assumindo várias feições, foram desenvolvidos por Velho (1979), para quem esta era uma válvula de segurança ou escape, Becker (1988), afirma que a fronteira assumia uma visão geopolítica, Martins (1997), a destaca como um locus de estabelecimento e Monbeig (1998), a registra como a atuação de sujeitos precursores e como frente pioneira. Na presente pesquisa, adotou-se a última definição como norteadora.

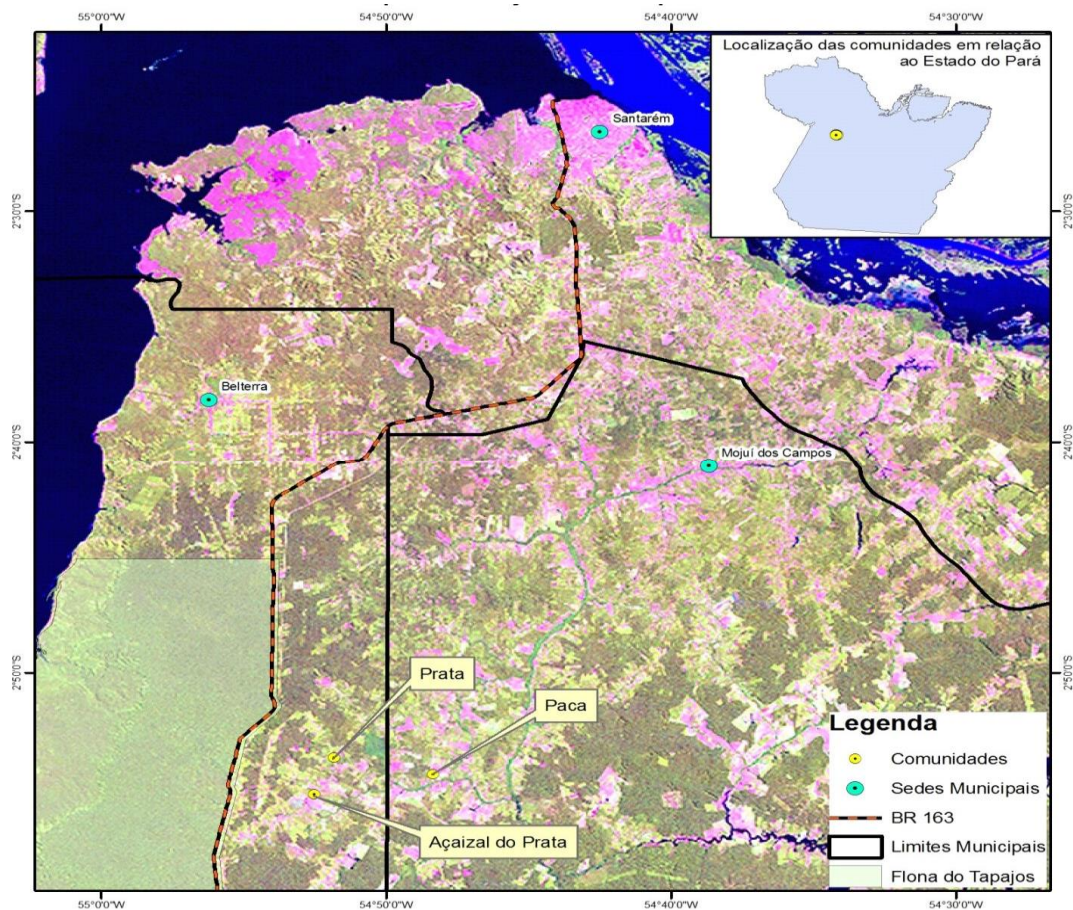


Figura 01- Mapa de localização do Território do Baixo Amazonas-PA - Org. Labgeo-IBAMA/2015.

Essas comunidades passaram por processos de assédios pelas terras através do agronegócio, resistência e posterior consolidação do cultivo em seus territórios, com respostas diferentes a depender de determinados elementos agregadores ou desarticuladores, presentes em seus territórios. Um estudo inicial sobre essas comunidades, já foi realizado, (PEREIRA, 2015).

Tradicionalmente esses territórios têm sido habitados por comunidades camponesas, que vivem da agricultura de subsistência e da exploração de recursos naturais de maneira sustentável. No entanto, o cultivo da soja, foi introduzido em seu território, no final dos anos 1990 e início dos anos 2000, segundo Venturieri *et al* (2010). Vários produtores provenientes principalmente do norte do Mato Grosso, compraram ou arrendaram propriedades, a fim de desenvolver o plantio da soja.

Essa implantação, amparada na produção de monoculturas voltadas à exportação, sobretudo, o agronegócio da soja, foi acompanhada de grandes controvérsias no Baixo Amazonas-PA, envolvendo vários embates com a sociedade civil local. Mas a princípio, a intensificação desse plantio, prometia um verdadeiro “boom” para o território, e passou a ser considerado o “ouro verde” do momento. O que para determinados segmentos, se apresentou como um verdadeiro “encanto”.

Assim, procura-se com a constituída pesquisa, descobrir alguns elementos agregadores de permanência ou de expulsão dos camponeses locais, como frutos dessa nova territorialização produtiva. Sobre essas mudanças faz-se necessário destacar que:

Os debates sobre as transformações recentes do campo, a resistência e subordinação do campesinato à expansão do capitalismo na agricultura procuram explicar as mudanças agrárias que renovam as questões sempre carregadas de elementos do passado (...). Logo, é muito arriscado defender o fim da pequena agricultura, camponesa ou familiar, ou o domínio total do agronegócio. Esses processos continuam e se renovam em suas contradições. (FERNANDES, 2011, p. XII).

Esses debates e transformações no campo atingiram os camponeses das áreas propostas na pesquisa. Torna-se essencial estudá-los, considerando suas resistências e embates, e não o seu desaparecimento por completo. Alguns remanescentes dessas áreas encontram-se praticamente ilhados por essa lógica produtiva expansiva.

METODOLOGIA

Considerando que a pesquisa em tela aborda a realidade de três comunidades expostas ao avanço do agronegócio da soja, a metodologia adotada baseia-se no método comparativo, com a realização de pesquisa de caráter exploratório.

Para realizar a citada atividade foram adotadas as técnicas de revisão bibliográfica, análise de imagens de satélites, estudo de campo, envolvendo; entrevistas semiestruturadas e estruturadas, entre os camponeses das comunidades e com os produtores de soja, buscando verificar o tipo de posse e o tipo de uso da terra, e informações acerca do histórico da propriedade e do proprietário, local de origem, e outros indicativos pertinentes. Também foram feitas análises comparativas entre as estratégias de resistência das comunidades, observando fatores de coesão e desagregação.

REFERENCIAL TEÓRICO

Nesse viés expansionista, onde o agronegócio se espalha, destaca-se a constituição do campesinato, porém suscitando os seguintes questionamentos: Mas afinal, quem é esse sujeito camponês⁵? Que outros termos os denominam? Quais as suas características essenciais que os diferencia de outras categorias?

5 - A definição de camponês adotada difere da de agricultor familiar, e para expressar essa diferença, registamos as palavras de Germer (2002, p. 47), "a agricultura familiar deriva da concepção norte-americana de produção familiar, onde o chamado produtor familiar representava o pequeno produtor ousado, o homem da fronteira, o pequeno industrial inovador, representado pelo farmer, e a de campesinato deriva da concepção europeia de produção familiar baseado em



O termo camponês não surge por acaso, ele carrega consigo um forte viés político-social, acrescido de divergências interpretativas. Não é nosso objetivo aprofundar-se no mérito da seara conceitual, pois perderia o foco essencial da pesquisa proposta, apenas fornecer subsídios para a compreensão desses atores sociais, que são o interesse de estudo do presente trabalho.

Ao abordar a temática, torna-se essencial compreender o processo de expansão do capitalismo sobre o campo. Marques (2008), esclarece que o interesse pelo tema foi impulsionado nos anos 1960 e 1970, tendo como principal expoente Teodor Shanin. Duas correntes se destacaram ao fundamentar os seus estudos: a primeira, influenciada pelos populistas russos, que teve como principal representante; Alexander Chayanov. Este pautava os estudos na organização da produção camponesa, valorização da qualidade do modo de vida e da economia camponesa, destacando a importância destes para a construção de uma sociedade mais igualitária e justa. Por sua vez, a segunda corrente que apresentava como representantes Vladimir Lênin e Klaus Kautsky enfatizava que em virtude das mudanças provocadas pelo avanço das relações de mercado e dos processos de modernização e industrialização, que desencadeavam o desenvolvimento do capitalismo no campo, acabariam inevitavelmente provocando a desagrarização e descampesinação.

Além das ideias acima, torna-se essencial expressar as interpretações reinantes sobre o campo brasileiro. Assim, Oliveira (2012), destaca três correntes teóricas que apresentam visões divergentes sobre o assunto. O Quadro 1 abaixo, expõe de forma sintetizada essas vertentes.

Chayanov, na qual a produção familiar é vista como " dotada de uma lógica própria e por isso capaz de resistir a transformação capitalista.



CORRENTES TEÓRICAS NO CAMPO BRASILEIRO	IDEIA CENTRAL	ARGUMENTAÇÃO	PRINCIPAIS AUTORES
Permanência de relações feudais ou semifeudais	Camponeses e latifúndios são evidência da permanência de relações feudais ou semifeudais de produção no campo	Para que o campo se desenvolva é necessário acabar com essas relações feudais e ampliar o trabalho assalariado no campo. Os camponeses desapareceriam enquanto “resíduo” social e os latifúndios substituídos por empresas rurais	Maurice Dobb, Nelson Werneck Sodré, Alberto Passos Guimarães, Inácio Rangel, Orlando Valverde, etc.
A destruição dos camponeses e a modernização dos latifúndios	No Brasil nunca houve feudalismo nem relações semifeudais de produção	Para que o campo se desenvolva é preciso acabar com as relações camponesas de produção e ampliar o trabalho assalariado no campo nas unidades capitalistas. Resultam duas classes: camponeses ricos (pequenos capitalistas rurais), camponeses pobres (proletários)	Karl Kautsky, Vladimir I. Lenin, Léo Huberman, Caio Prado Junior, Maria da Conceição D’Incao e Mello, José Graziano da Silva, Ricardo Abramovay, etc.
A criação e recriação do campesinato latifúndio.	O processo de desenvolvimento do capitalismo no território brasileiro é contraditório e combinado	Ao mesmo tempo em que o capitalismo avança reproduzindo relações especificamente capitalistas (assalariadas) no campo, ele produz e reproduz também, igual e contraditoriamente, relações não capitalista (camponesas) de produção. O campesinato e o capitalismo devem ser entendidos de dentro do capitalismo, e não de fora.	Rosa de Luxemburgo, Theodor Shanin, Samir Amin, Kostas Vergopoulos, José de Souza Martins, Margarida Maria Moura, José Vicente Tavares da Silva, Ariovaldo Umbelino de Oliveira, etc.

Fonte: Elaborado pelo autor, com base em Oliveira (2015).

Após identificar as principais correntes do pensamento de alguns autores sobre o campo brasileiro, assinala o quanto a nomenclatura camponesa, não é apenas um simples termo conceitual, mas traz consigo todo um arcabouço de trajetórias e lutas. Ao longo do tempo, determinadas palavras tendem a cair em certos modismos. Com o termo camponês não foi diferente, Shanin (1980), explica que após vivenciar certo ostracismo teórico, ela veio à tona pós-Vietnã, através de várias publicações e debates, tornando-se um verdadeiro truque editorial. Almeida (2006), expressa que no Brasil



atualmente, tende a substituir o termo camponês, por trabalhador familiar, por estar mais na moda. Entretanto essa atitude tende a esconder o caráter de luta e conflitualidade que o campesinato comporta sem os quais não é possível compreender a sua conjectura.

Martins (1981), esclarece que a nomenclatura campesinato e camponês, foram incorporadas ao nosso vocabulário, por políticos de esquerda, oriundas de expressões russa. Até a década de 1950, vários termos no Brasil designavam os trabalhadores das áreas rurais. Na região de São Paulo, Minas Gerais, Paraná, Goiás e Mato Grosso do Sul recebiam a designação de o caipira, de origem aborígene; no litoral paulista eram chamados de caçara; no nordeste de tabaréu e em outras regiões brasileiras de caboclos.

Ciente da atualidade e necessidade da discussão do tema, não se propõe com isso, apegar-se as concepções de autores clássicos do campesinato, sobretudo russo, que propagavam o desaparecimento dessa classe, Marx (1985), Lenin (1980), Kautsky (1980) e inseri-los totalmente no contexto brasileiro do século XXI. Entretanto, dentre estes, destaca-se também, a contribuição do pensamento de Chayanov (1974) em afirmar a importância do núcleo familiar e a permanência do camponês, mesmo em meio à propagação do sistema capitalista.

Importante contribuição sobre o campesinato e o processo expansivo do capital, se verifica na obra de Martins (1980, p. 17), ao afirmar que:

O quadro clássico do capitalismo nos mostra o capital se expandindo à custa da expropriação e da proletarianização dos trabalhadores do campo, uma coisa produzindo necessariamente a outra. [...]. O capital se expande no campo, expulsa, mas não proletarianiza necessariamente o trabalhador. É que uma parte dos expropriados ocupa novos territórios, reconquista a autonomia do trabalho, pratica uma traição às leis do capital.

Mesmo enfrentando a expropriação e proletarianização criada pelo capitalismo, também se observa a criação de novas estratégias para lidar com essa questão, como a criação de novos territórios. Mesmo sendo expulsos, os camponeses procuram se reproduzirem, mesmo em meio às contradições. Ao considerar essa questão, destacam-se as contribuições de Oliveira (2012), ao expressar que o desenvolvimento do capital apresenta certa dualidade, pois é contraditório e combinado.

Sintetizando as características do termo camponês, por sinal percebidas nas obras acima, destaca Bernstein (2011, p.9), que “se acrescentam a essa definição básica características como a solidariedade, a reciprocidade e o igualitarismo da aldeia e o compromisso com os valores de um modo de vida baseado na família, na comunidade, no parentesco e no local”.

Contudo, ao abordar a presente temática, é preciso destacar que, segundo Shanin (2008, p. 24-25), em virtude dos acontecimentos envolvendo os séculos XX e XXI, o campesinato passa a



apresentar uma grande diversidade e flexibilidade, com o intuito de se inovar e adaptar as novas transformações. Assim, ele não é estático e mesmo mantendo características fundamentais, assume feições próprias, a depender do contexto histórico e geográfico em que está inserido.

Considerando que o trabalho em questão aborda o campesinato amazônico, ressalta-se que ele é múltiplo, dinâmico e apresenta características singulares. Sobre essa realidade múltipla, Moreira e Hébette (2009, p. 188), atestam que “vários campesinatos históricos distribuídos em espaços e tempos diferenciados, como se constituíssem uma amostra representativa da diversidade campesina amazônica”.

Esses camponeses empreenderam um padrão de ocupação diferente do habitual às margens dos rios. Eles não se enquadram como ribeirinhos. Velho (1979), os identifica como indivíduos que penetraram no interior da floresta em busca de lugares para se estabelecerem, próximos a igarapés. Gonçalves (2008), também fala sobre esse padrão de organização do espaço com características rio-várzea-floresta, onde as incursões procederam tomando como referencial os rios e mais tarde, estrada-terra-firme-subsolo, com destaque para a influência das estradas no processo de ocupação e consolidação da região amazônica.

Ao abordar a realidade paraense, Leroy (1991), explica que a classe camponesa apresenta diversos nomes a depender da relação com a terra – (produtor de arroz ou seringueiro) e/ou ocupação de um espaço físico diferente (colono ou varzeiro) ou ainda um grau maior ou menor de generalidades (colono, trabalhador rural, camponês).

Sobre a necessidade de estudar o camponês, Hébette *et al.*, (2002.p,175), afirma que mesmo muitos considerando uma visão ultrapassada e tema para historiadores, ele assume o “risco ideológico” de ser contestado ao utilizá-lo, ante a importância da temática. Compartilhando de ideia parecida, Marques (2008), expressa com propriedade, motivos para debruçar-se sobre esse assunto, ao afirmar que:

Enquanto o campo brasileiro tiver a marca da extrema desigualdade social e a figura do latifúndio se mantiver no centro do poder político e econômico – esteja ele associado ao não capital industrial e financeiro -, o campesinato permanece como conceito-chave para decifrar os processos sociais e políticos que ocorrem neste espaço e suas contradições. (MARQUES, 2008, p. 58).

Assim, para compreender o teor das conflitualidades no campo, percebidas na região do Baixo Amazonas/PA, é prudente estudar a questão, optando pela temática campesina e suas nuances. Hébette (1997), registra a contribuição dos migrantes nordestinos para a constituição do campesinato paraense, considerando que estes migrantes imprimiram uma outra forma de organização das propriedades: a roça. Por sua vez, Nahum & Bastos (2014), fala de uma descampesinização, que seria a formação de um campo sem camponeses, em virtude das alterações provocadas pelo capital.



Esses camponeses estabelecidos no Baixo Amazonas-PA, ao longo do tempo buscaram reproduzir suas vidas seguindo outra lógica: a da produção para subsistência, com pequenas vendas do excedente. Entretanto, essa lógica passou a ser alterada, quando os seus territórios passaram a serem assediados por sojicultores no final dos anos 1990.

De acordo com Monteiro (2008), esses sojicultores pioneiros eram proprietários de pequenas áreas no Centro-Sul, com características de propriedade do tipo familiar, mas em decorrência da valorização das terras, aliado aos altos custos de produção da soja, passaram a enfrentarem dificuldades para produzirem em áreas com tais apelos tecnológicos em curso. Diante disso, eles venderam as suas propriedades que compreendiam em média uns 25 hectares e ao chegarem na Amazônia, compraram áreas até 50 vezes maiores, sobrando uma parte para investirem na produção. Ou seja, eles enquanto “migrantes”, haviam vivenciado situações parecidas em seus locais de origem, e agora eles estavam contribuindo para reproduzirem a mesma situação em outros territórios, onde estavam se estabelecendo.

Tomando como referencial esse contexto de mudanças territoriais, é essencial discutir a noção de território e territorialidade, para então compreender a atuação do grande capital sobre ele. O território, é uma das categorias centrais, discutidas ao longo da pesquisa, afinal, ele é o palco onde se desenvolve esses embates com lógicas contraditórias.

A princípio, ao discorrer sobre território e territorialidade se é levado a cair na tentação do imediatismo da conceitualização como ponto de partida. E conceituar não é uma tarefa fácil, pois tende-se a enquadrar, estabelecer determinados parâmetros, que a princípio talvez não se atinja a amplitude que o termo comporta. Principalmente em se tratando da terminologia “território”, que carrega consigo toda uma polissemia conceitual.

A concepção adotada no trabalho, fundamenta-se que o território é constituído a partir do espaço, resultante das mais variadas atuações de múltiplos sujeitos, e o espaço é anterior ao território. A princípio registra-se a necessidade de esclarecer o que seria o espaço. Este abrangeria uma totalidade, fruto de relações sociais e de objetos ou elementos naturais, segundo Santos (1996, p. 51), “é um conjunto de sistemas de objetos e sistema de ação, que formam o espaço de modo indissociável, solidário e contraditório”.

Para tal fundamentação, a pesquisa apoia-se nas afirmações de Raffestin (1993, p.144) ao assegurar que “(...) o território, nessa perspectiva, é um espaço onde se projetou um trabalho seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder”. Então, o território apresenta-se como algo apropriado por um grupo social, que passa a gerar raízes e vínculos a partir de então. E junto com o território, surge também a noção de identidade, de pertencimento. E nesse contexto indenitário, Milton Santos afirma que:



O território não é apenas o conjunto dos sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas. O território tem que ser entendido como território usado, não o território em si. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho, o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida. (SANTOS, 2002: p. 10).

Apesar do território abarcar as mais variadas concepções, elas fazem menção de forma explícita ou implícita as noções de espaço, delimitação, sujeito e poder. Reforçando o sentido de defesa do território que implica em territorialidade Sack (1986), destaca esta, como uma tentativa de um indivíduo ou grupo afetar, influenciar ou controlar pessoas, fenômenos e relações através da delimitação e da afirmação sobre uma área geográfica. Torna-se evidente a estreita relação entre território e territorialidade.

Ampliando o debate sobre territorialidade, Raffestin (1993), destaca três elementos essenciais na composição dela: senso de identidade espacial, senso de exclusividade e compartimentação da interação humana no espaço. Quando esses elementos se juntam, o embate de territorialidades divergentes e conflitantes, no mesmo espaço, vai depender do potencial de resistência dos grupos sociais à submissão dos interesses capitalistas. O avanço da expansão agrícola tende a provocar uma desterritorialização⁶ e/ ou reterritorialização, favorecendo a inserção de um novo ordenamento territorial, em muitos casos, baseado em interesses externos e extremamente concentradores.

E nesse sentido, Haesbaert (1997), ainda aborda o surgimento de “espaços sem história e sem identidade”, onde se observa a produção de redes que conectam os capitalistas com os circuitos mais importantes da elite planetária. Gerando assim, uma enorme quantidade de despossuídos, sem acessos a essas redes: os “aglomerados da exclusão”.

Nesse cenário desterritorializante, destaca-se que o capital avança nas mais variadas direções, ultrapassando as fronteiras que lhe são favoráveis. Silva (2011, p. 281) assegura que “a fronteira constitui recorte analítico e espacial da problemática da mobilidade do capital e das relações de produção pelo território nacional, além disso é palco para conflitos transculturais e indenitários”.

O avanço dessas fronteiras agrícolas, acabaram atingindo o território das comunidades selecionadas para estudo. Afinal ele tem sido o palco onde se desencadeiam as alterações perceptíveis do poder do agronegócio. O termo agronegócio é a tradução de “*agribusines*” e foi cunhado por Ray

⁶ Segundo Deleuze, esse termo, bem como o de territorialização foram cunhados por Félix Guattari, a princípio passou a usar os termos de des-re-territorialização, em discussões de psicologia de grupo. Deleuze, G. e Parnet, C. Dialogues, Londres: Athlone, 1987.



Goldberg e John Davis, da Universidade de Harvard, em 1957, nos EUA, que o define como “a soma total das operações de produção e distribuição de suprimentos agrícolas; as operações de produção nas unidades agrícolas; e o armazenamento, processamento e distribuição dos produtos agrícolas e itens produzidos com eles.” (MAPA, 2008, p.8).

No Brasil, nos anos 1980, o termo foi popularizado como “complexo agroindustrial ou agronegócio”, por Ney Bittencourt, Ivan Wedekin e Luiz A. Pinazza e desde então têm se expandido por diversas áreas, assumindo enormes proporções e articulações. Destaca-se que no Brasil, o termo se consolidou não apenas no setor econômico, mas sobretudo como um projeto político, ideológico e cultural, amparado numa hegemonia discursiva. (POMPEIA, 2022).

Ainda consideráveis enunciados sobre o processo de recampezinação, mesmo em realidades dominadas por áreas hegemônicas são discutidas por Ploeg (2008 p. 20), ao discorrer sobre o *modus operandi* dos “impérios alimentares” que envolvem grandes empresas de processamento. Distribuição e comercialização de alimentos. Esses impérios controlam a produção e o consumo de alimentos, mesmo de forma desconectada, tanto no tempo bem como no espaço das especificidades dos ecossistemas locais e das sociedades regionais.

Ao analisar a expansão do agronegócio da soja em território camponês, torna-se essencial destacar as formas de uso da terra, para os diferentes atores. Prado Júnior (1981) e Martins (1981), identificam esse uso como: terra de trabalho, utilizada pelo camponês, como valor de uso, e terra de negócios utilizada pelo grande produtor, como valor de troca. Essa distinção, é fundamental para entender as lógicas contraditórias em curso no mesmo território.

As comunidades estudadas, em virtude do avanço das relações capitalistas no campo, estão enfrentando mudanças nos seus ritmos de vida. Sobre o avanço do capital e as implicações para a vida dos indivíduos, Leff (2001, p.214), afirma com propriedade que “os indivíduos estão deixando de ser uno para fundir-se no anonimato coletivo; como as moedas que se fundem num signo econômico unitário, como as mercadorias que se confundem no padrão ouro e no dinheiro circulante.”

O citado autor destaca a perda de individualidade das pessoas, e o quanto estas estão sendo comparadas a verdadeiras mercadorias. Devido o avanço da produção voltada para a exportação de *commodities* agrícolas, os camponeses estão enfrentando mudanças nos seus territórios e modos de vida. Petras (2007), chama a atenção para o fato de que o próprio Estado atua em consonância com os interesses imperialistas, em detrimento de outras classes, perpetuando assim, os interesses hegemônicos, o que favorece ainda mais a concentração de renda.

Fernandes *et al.*, (2007, p.13), ao comentar sobre as contribuições do pensamento de Ariovaldo Umbelino de Oliveira sobre as lutas camponesas, compreende esse fenômeno como um conflito de classe, afirmando que os “produtores familiares seriam uma espécie de classe incômoda no interior do



modo de produção capitalista”. E com a expansão de novas áreas agrícolas, percebe-se que eles estão sendo eliminados ou deixados a margem desse processo.

Esse estudo comparativo justifica-se, ante a atuação da expansão do agronegócio, que assim como um polvo, procura estender seus tentáculos sobre as mais variadas áreas, sem considerar os sujeitos sociais já instalados nos territórios há muito tempo. A lógica do avanço capitalista em especial no campo, não tolera entraves. Ela procura expandir-se a todo custo, incluindo a desarticulação de populações tradicionais, seus modos de vida, causando lhes insegurança alimentar, dentre outros.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na esteira do avanço do agronegócio sobre o território do planalto santareno, ressalta-se importante constatação, do desaparecimento de 19 comunidades nesse território, em função dessa expansão, (BRASIL DE FATO, 2025). Destaca que envolto nesse cenário, ainda consta registros das dinâmicas territoriais envolvidas no processo expansionista do agronegócio no planalto santareno, (BARROS, 2020).

Assim, sobre esse processo expansionista, nas comunidades estudadas, verificou-se diferentes níveis de inserção e reação ante o agronegócio da soja em seus territórios. Elas apresentam um espaço contíguo, formação histórica semelhante, entretanto um certo grau de reação diferenciada ante esse assédio por suas terras. A formação dessas comunidades apresenta um padrão diferenciado das comunidades ribeirinhas, muito comum no Baixo Amazonas/PA, destaca-se aí um padrão de ocupação diferente do habitual, as margens do rio.

Muitos desses migrantes, eram nordestinos, e foram decisivos para a constituição das comunidades ora pesquisadas. Elas se formaram a partir da colonização nordestina na primeira metade do século XX, tendo como principais atividades a agricultura de subsistência e a comercialização de excedentes para a cidade de Santarém-PA.

Tomando como referência esse cenário histórico, a comunidade do Prata, que no sentido a BR 163, partindo de Santarém a Rurópolis -PA, na altura do km 67, do lado esquerdo, fica um pequeno ramal que dá acesso a citada comunidade, logo à frente a uns 3 kms. Ela é a mais antiga da região, fundada em 1945. Ao percorrer esse trajeto, verifica-se o que denominaremos de “cemitérios de casas”. Isso pelo fato de as imagens retratarem o que um dia já foram habitações de camponeses. Agora restam apenas os vestígios de antigas moradias, incluindo aglomerados de algumas árvores frutíferas, engolidas pela pastagem ou pelas plantações de soja. Ao seguir ramal adiante, algumas habitações vão surgindo envoltas nas plantações de soja, tendo como referencial comunitário, uma capela e uma Casa Familiar Rural, localiza-se aí, a comunidade do Prata.



Quanto a organização territorial dessas comunidades, observa-se que na do Prata, as casas não são dispostas em núcleos centrais, mas um pouco afastadas uma das outras, e entre elas destacam-se pequenas plantações de milho, mandioca, hortaliças. Porém, ao seu redor constata-se a presença de plantações de soja.

A partir do início dos anos 2000, começou a migração das famílias para diferentes espaços. Posteriormente, em 2010, essa comunidade retoma um “elemento agregador” e que ainda funciona como uma espécie de sustentáculo. Trata-se de uma Casa Familiar Rural – CFR, uma instituição educacional surgida na França, na década de 1940, como uma alternativa para os filhos de agricultores.

Essa instituição adota a Pedagogia da Alternância, onde os alunos permanecem um período na escola e o outro em casa, auxiliando os pais nas atividades. Como objetivo, destaca-se a necessidade dos jovens de se profissionalizarem e permanecerem nas comunidades, representando uma espécie de resistência ao avanço das culturas mecanizadas estabelecidas na área.

Entretanto, a comunidade do Prata, mesmo tendo contribuído com movimentos sociais significativos, não conseguiu manter os seus membros em seu território; alguns dos líderes da época, mudaram-se do local, os moradores restantes apresentam vínculos familiares, mas não sabem por quanto tempo vão permanecer na área. Em 2015 contavam com umas 05 famílias, pois já havia enfrentado, o processo de assédio às suas terras, na atualidade restam apenas 03 famílias, que mantêm laços de parentesco entre si.

A comunidade do Açaizal do Prata, surge poucos anos após a do Prata, em meados de 1956, segundo alguns moradores mais antigos. Ela se constituiu com características parecidas, com indivíduos provenientes do Ceará e do Maranhão. Eles estabeleceram na área que foi denominada de Açaizal em virtude da grande quantidade de açaí existente, que mais tarde, passou a se chamar Açaizal do Prata, ao fazer alusão à comunidade anterior e limítrofe.

Antes, essas duas comunidades eram praticamente contíguas, depois foram fazendo certas delimitações, tomando como referencial certos marcos naturais. Atualmente os limites de separação das mesmas são indefinidos, pois as grandes propriedades de plantações de soja, que se estabeleceram no entorno, foram destruindo as referências iniciais de limites fronteiriços.

No que diz respeito à organização territorial dessa comunidade, verifica-se que as casas estão dispostas umas mais próximas das outras, o que fortalece os laços entre os comunitários. Ao redor de cada casa, sobressaem-se pequenos plantios, incluindo hortaliças, milho e, sobretudo mandioca, com destaque para a produção de farinha, com uma boa quantidade de “casas de farinha”, lugar onde os vizinhos se juntam para realizar uma espécie de mutirão, para auxiliar no



descascar da mandioca e preparar a farinha. Sobre esses plantios, o cultivo da soja avança, disputando espaço para ampliação.

Um elemento agregador nessa comunidade, que merece destaque, é uma Hidrelétrica Sociedade Comunitária, que atende a localidade do Açaizal do Prata e a do São Raimundo, outra comunidade próxima. Segundo informações obtidas junto aos moradores, ao perceberem o quanto a soja estava expandindo pelas áreas das comunidades adjacentes, eles identificaram que se essas comunidades tivessem energia elétrica, os seus membros permaneceriam no campo e não deixariam seduzir-se pelos encantos dos valores oferecidos para venderem as terras. A comunidade reuniu-se e começaram a traçar planos para a construção de uma usina hidrelétrica comunitária. Porém, o poder público, não se mostrou interessado em tal investimento.

Após diversas reuniões, e com a junção de diversos atores, em 06 de dezembro de 2003, foi instalada uma pequena hidrelétrica, que é administrada pelos comunitários. Apresentava 45 famílias associadas à distribuição de energia hidrelétrica comunitária. Os comunitários registram a dificuldade de adentrar novos membros, pois a capacidade energética já atingiu o seu limite.

Destaca-se, que a comunidade do Açaizal do Prata, que é limítrofe com a do Prata, apresenta um caso de resistência mais emblemático e interessante. Isso porque, dentre as comunidades estudadas ela é a que registra uma maior coesão, os seus membros não cederam tanto aos assédios para vendas das suas terras.

Ela apresenta continuidade da mesma área geográfica, processo de formação histórica, cultural e econômica parecida, porém reações diferentes ante a expansão do agronegócio da soja. Em 2015 ela apresentava 40 famílias, no entanto em 2025, restam apenas 15 famílias. O restante ou arrendou ou venderam suas terras.

A outra comunidade, a do Paca, localiza-se a uns 10 km das já citadas, porém com uma área territorial contígua. Segundo os moradores, ela surgiu em 1974, com famílias provenientes do Paraná e do Ceará, incluindo também algumas do Pará, fruto da política expansionista da época. Mesmo assim, ainda se percebem laços de parentesco entre os seus membros. Chegou a atingir em média 40 famílias. Eles se dedicaram a produção de subsistência, à exploração de castanha, chegaram também a plantar 5 mil pés de seringueiras, mas esse plantio não prosperou.

Em relação à questão territorial, as casas estão dispostas bem mais distantes umas das outras, ao seu redor apresentam pequenas plantações de hortaliças, arroz, milho e mandioca, cercadas pelas plantações de soja. Criam animais de pequeno porte, como galinhas, porcos, e um pequeno rebanho bovino. Essa comunidade não apresenta nenhum elemento físico agregador como às outras, mas apresenta os laços familiares como fator influenciador de permanência.



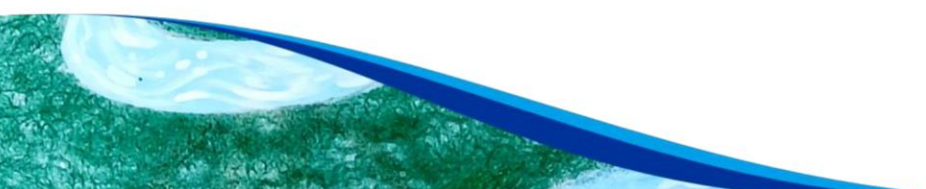
De forma geral, o número de filhos das famílias formadoras das comunidades estudadas era grande, em alguns casos, chegaram a atingir um total de 11 e até 12 filhos. Refletindo assim, um pensamento reinante a época, onde filho era visto como mão de obra para auxiliar nos trabalhos das propriedades. Como em sua maioria são famílias numerosas, elas necessitam dar continuidade aos seus clãs e para isso necessitam de áreas. O número de filhos interfere diretamente no processo de reprodução, pois algumas propriedades nas comunidades estudadas são pequenas, o que dificulta o processo de reprodução dessas famílias.

Essas terras são repassadas para os filhos através de herança, ou casamentos, onde acontece a partilha de um pedaço de terra, para a nova família. Como isso é uma necessidade de sobrevivência, alguns filhos também saem para estudar em cidades da circunvizinhança e até outras mais distantes, mas a esperança é que eles se deem bem lá fora, caso isso não aconteça devem voltar à comunidade, essa é a esperança dos pais. Portanto, deter a posse dessas terras é fundamental, além de ser considerado uma espécie de poupança, também contribui no processo de reprodução dessas comunidades.

Em relação a essas comunidades que apresentam cultivo de soja em suas áreas, verifica-se que é um tipo de atividade que gera poucos empregos diretos. Durante as entrevistas, só se constatou um único registro de um comunitário local que trabalhava nos maquinários utilizados nas lavouras de soja. Os empregos que esse tipo de atividade gera, estão ligados ao comércio e serviços, tais como venda e manutenção de maquinários, armazéns.

Os camponeses não retiram mais seu sustento apenas da agricultura, combinando a renda com ingressos assistenciais do governo e atividades de serviços. Complementam suas rendas ainda com a criação de pequenos animais. Quanto aos tipos de animais que são criados nas comunidades, no Prata o destaque é para a quantidade de propriedades que criam galinhas e bovinos. Já a do Açaizal do Prata, apresenta uma grande diversificação de animais, com predominância para galinhas, suínos e bovinos. Quanto a do Paca, apresenta uma pequena quantidade de animais, porém bem diversificada.

Quanto ao tipo de plantio, destaca-se o cultivo da mandioca, como uma importante fonte de alimento, bem como de renda entre os comunitários. A produção de farinha é o grande destaque na maioria das famílias, com técnicas ainda tradicionais e com baixo aproveitamento de subprodutos (tucupi, goma de tapioca etc.). A produção agrícola de Paca, realizada pelos camponeses é residual, refletindo seu ilhamento territorial, social e econômico.





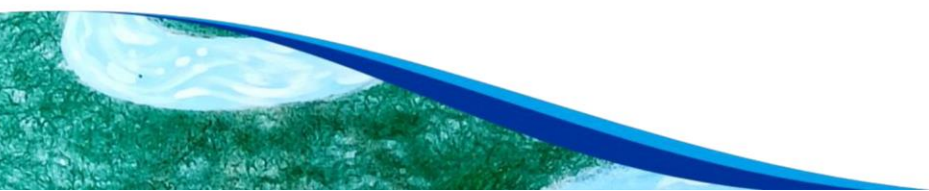
Foi constatada uma intensa produção de farinha ao longo das comunidades. Diversas casas de farinhas estavam em operação, explicitando assim, o quanto a produção dela, faz parte do cotidiano, bem como de outros produtos hortifrutigranjeiros, que são vendidos na feira.

A comunidade do Paca, distante em média uns 10 km das demais, já não existe a presença de nenhuma escola ou outro aparato comunitário. Ela foi a que apresentou maiores dificuldades para os seus membros permanecerem em seus territórios. Em 2013, a Prefeitura disponibilizou um ônibus para transportar os alunos para estudarem na comunidade mais próxima.

Constatou-se um processo de migração intenso. Boa parte dos que saíram foram para as capitais como Macapá-AP e Manaus-AM, assim como para as cidades de Belterra-PA e Alenquer-PA. Outros foram para comunidades localizadas mais no interior da floresta, nos Projetos de Assentamento do INCRA, Macaco, Piranha e Rainha da Floresta. Outras famílias se mudaram para a vila de Cipoal, um bairro da região periurbana, que cresceu com a chegada dos agricultores familiares desterritorializados pelo cultivo de soja produto desta dinâmica e, para a cidade de Santarém. Com o dinheiro da venda das terras, compraram lotes urbanos em áreas precárias, bens de consumo e em geral, motocicletas.

Quanto aos problemas enfrentados pela comunidade em virtude da expansão da soja, constata-se a ocorrência de alguns, que contribuíram para a desarticulação da própria estrutura das comunidades. Há queixas quanto ao odor do veneno espargido na lavoura da soja. Além da perda das crias dos animais que pastavam e bebiam água nas adjacências das plantações, ainda se constata a presença de caramujos, oriundos das extensas plantações de soja. Houve relatos de morte de animais domésticos que beberam água do igarapé em Açaizal do Prata. Ainda afirmam que o aumento da temperatura é algo perceptível. Alegam que, há alguns anos, a região tinha mais florestas e a temperatura era mais amena. Um registro importante a ser feito é que, na prática de campo, foi possível perceber que essas famílias remanescentes aparentam melancolia e abandono, cercadas por centenas de hectares de soja em meio a solidão e aos escombros de sua escola, seu cemitério e seu barracão comunitário.

Em decorrência do avanço do cultivo mecanizado da soja, muitas famílias sofrem muitas pressões de diversos tipos para venderem as suas terras. Seja por coação, ou por oferecimento de valores que esses agricultores consideravam altos, vendiam e depois percebiam que não davam para comprar quase nada. Outros arrendaram as suas propriedades, depois perceberam que haviam perdido os pastos e provocado várias alterações nas mesmas.





Mesmo convivendo em territórios com características extremamente excludentes, alguns desses camponeses decidiram permanecerem, adotando estratégias de sobrevivência, agora com uma maior consciência de resistência, contrariando a lógica dominante.

Em relação as comunidades estudadas, após várias atividades de campo e demais incursões, destaca-se que na organização do trabalho e elementos envolvendo a resistência e reprodução camponesa, verificou-se os seguintes itens: o trabalho familiar, como algo essencial na recriação da família camponesa; a combinação de várias formas de trabalho (familiar, parceria, assalariado e outras atividades como serviço público, pequeno comércio, programas assistências do governo); controle do tempo e do espaço, o que gera autonomia na produção; cultivo de vários itens, voltados para autoconsumo e também para comercialização; criação de diversos tipos de animais, a fim de garantir complemento para a renda.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em meio a todo processo de homogeneização ocasionando pelo capital, que provoca intensas desarticulações nos territórios, sobretudo nos ocupados pelos camponeses, surgem alguns questionamentos pertinentes: esses camponeses permanecerão em territórios tão contraditórios e com características expulsivas? Migrarão para os centros urbanos ou adentrarão para novas áreas florestadas? Se organizarão em associações, ou esperarão que o mercado siga o seu curso ditado pelo capital? Conseguirão se reproduzirem em situações adversas? Essas não são respostas, nem reflexões fáceis, pois envolve uma série de fatores interligados.

Como registramos no início do texto, que o tempo é o senhor da razão e traria as respostas no devido momento, destaca-se o quanto o mercado do agronegócio é instável, experimentando assim, uma volatilidade, tanto para expandir-se, bem como para retrair-se. Assim, não se sabe por quanto tempo essas comunidades de camponeses remanescentes irão perdurar, ante a volatilidade do mercado, que influência diretamente sobre a expansão de novas áreas.

Mesmo em áreas com características excludentes, constata-se que grupos de camponeses, quase que ilhados, decidiram permanecerem em seus territórios. Não é possível afirmar até quando, pois, isso dependeria de uma série de fatores, tais como: intensidade das lutas, capacidade de articulação, incentivos creditícios e técnicos, comportamento do mercado de agronegócios, e vontade própria de permanência.



Porém, dentre essas comunidades a do Prata e a do Paca, enfrentaram um processo de esvaziamento quase que total, entretanto a do Açaizal do Prata, conseguiu manter ainda um pouco de seus membros em seu território.

O estudo evidencia que o avanço do agronegócio no Baixo Amazonas não é homogêneo em seus efeitos. A experiência das comunidades analisadas revela que, mesmo sob intensa pressão, o campesinato amazônico resiste, adapta-se e se reinventa, reafirmando sua diversidade e singularidade. Assim, longe de ser eliminado, o campesinato mantém-se como sujeito histórico e dinâmico, capaz de criar estratégias próprias de permanência.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Rosimeire Aparecida. **(Re)criação do campesinato, identidade e distinção: a luta pela terra e o habitus de classe**. São Paulo: Editora da UNESP, 2006.
- BARROS, Márcio Júnior Benassuly, org. **Políticas públicas e dinâmicas territoriais no Oeste do Pará**. Ananindeua -PA, Itacaiunas, 2020, 359 p.
- BRASIL DE FATO. **Cercadas pela soja e pelo veneno, comunidades rurais estão desaparecendo, junto com a Amazônia na região de Santarém- PA**. São Paulo, 19 de dezembro de 2024. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2024/12/10/cercadas-pela-soja-e-pelo-veneno-comunidades-rurais-estao-desaparecendo-junto-com-a-amazonia-na-regiao-de-santarem-pa/> . Acesso em: 01 de setembro de 2025.
- BECKER, Bertha. Significância contemporânea da fronteira: uma interpretação geopolítica a partir da Amazônia brasileira. In: AUBERTIN, C. (org) **Fronteiras**. Brasília: Ed. UnB; Paris: Orstom, 1988, p. 68-89.
- BERNSTEIN, Henry. **Dinâmicas de classe da mudança agrária**, tradução Beatriz Medina. São Paulo: Editora UNESP, 2011.
- BRONDÍZIO, Eduardo. Intensificação agrícola, identidade econômica e invisibilidade entre pequenos produtores rurais amazônicos: caboclos e colonos numa perspectiva comparada. In: ADAMS, C, MURRIETA, R, NEVES, W (org). **Sociedades caboclas amazônicas: modernidade e invisibilidade**. São Paulo. Annablume, 2006.
- CHAYANOV, Alexander V. **La Organización de la Unidad Económica Campesina**. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1974.
- FERNANDES, Bernardo Mançano .Prefácio a edição brasileira. In BERNSTEIN, H. **Dinâmicas de classe da mudança agrária**. Tradução Beatriz Medina. – São Paulo: Editora Unesp, 2011.
- GERMER, Claus M. A irrelevância prática da agricultura "familiar" para o emprego agrícola. **Reforma Agrária**, Campinas, v. 31, n.1, p.47-61, jan-abr. 2002.
- HARIS, Mark. Presente ambivalente: uma maneira amazônica de estar no tempo. In: ADAMS, C, MURRIETA, R, NEVES, W (org). **Sociedades caboclas amazônicas: modernidade e invisibilidade**. São Paulo. Annablume, 2006.
- HAESBAERT, Rogério. **Des-territorialização e identidade: a rede "gaúcha" no Nordeste**. Niterói: EDUFF, 1997.
- HÉBETTE, Jean. MAGALHÃES, Sonia B; MANESCHY, Maria C; (orgs). **No mar, nos rios e na fronteira, faces do campesinato no Pará**. Belém. Editora EDUFPA, 2002.
- KAUTSKY, Karl. **A questão agrária**. 3º ed. São Paulo, Proposta Editorial, 1980. 329 p.
- LEF, Enrique. Pensar a complexidade ambiental. In: LEFF.E. **Epistemologia ambiental**. Trad. Sandra Valenzuela. São Paulo: Cortez, 2001.



- LENIN, Vladimir. I. **Capitalismo e Agricultura nos Estados Unidos da América: Novos dados sobre as leis de desenvolvimento do capitalismo na agricultura**. Pinheiros, Brasil Debates, 1980.
- LEROY, Jean. Pierre. **Uma chama na Amazônia**. Editora Vozes, Rio de Janeiro, 1991.
- MAPA. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Intercâmbio comercial do agronegócio: trinta principais parceiros comerciais / Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento**. Secretaria de Relações Internacionais do Agronegócio. – Brasília:2008.
- MARTINS, José de Souza. **Expropriação e violência: a questão política no campo**. São Paulo: Editora Hucitec, 1980.
- MARQUES, Marta Inês Medeiros. Agricultura e campesinato no mundo e no Brasil: um renovado desafio à reflexão teórica. In: PAULINO.E. T., FABRINI. J. E. (org.), **Campesinato e território em disputa**. 1 ed. São Paulo. Expressão Popular UNESP. Programa de pós-graduação em Geografia. 2008.
- MONBEIG, Pierre. **Pioneiros e fazendeiros de São Paulo**. São Paulo:Hucitec,1998.
- MONTEIRO, Raimunda. Associativismo e fronteira: a Amazônia como espaço de reprodução social da agricultura do Sul. In: CASTRO, Edna (Org.). **Sociedade, território e conflitos:BR 163 em questão**. Belém: NAEA, 2008.
- NUGENT, Stephen. Utopias e distopias na paisagem social amazônica. In: ADAMS, C, MURRIETA, R, NEVES, W (org). **Sociedades caboclas amazônicas: modernidade e invisibilidade**. São Paulo. Annablume, 2006.
- NAHUM, João Santos; BASTOS, Cleisson Santos. **Dendeicultura e descampesinização**. Campo Território: revista de geografia agrária, v. 9, n. 17, p. 469-485, abr., 2014.
- OLIVEIRA, A. U. **A mundialização da agricultura brasileira**. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GEOCRÍTICA, 3.; 2012, Bogotá. Actas.... Barcelona: Geocrítica, 2012. v. 1. p. 1-15.
- PAULINO, Eliane Tomiasi. Territórios em disputa e agricultura. In: PAULINO.E. T., FABRINI. J. E. (org.), **Campesinato e território em disputa**. 1 ed. São Paulo. Expressão Popular UNESP. Programa de pós-graduação em Geografia. 2008.
- PETRAS, James. **Imperialismo e luta de classes no mundo contemporâneo**. Tradução de Eleonora Frenkel Barretto. Florianópolis: Editora da UFSC, 2007, 206 p. (Coleção Relações Internacionais e Estado Nacional – RIEN).
- PEREIRA, Edeilton. **Dinâmicas territoriais no processo de expansão do agronegócio da soja e campesinato no Baixo Amazonas-PA** / Edeilton Pereira dos Santos. 2015 173 f.: il. color; 31 cm.
- POMPEIA, Caio. 2021. **Formação política do agronegócio**. São Paulo: Editora Elefante. 392 pp.
- PLOEG, Jan Douwe Van der. **Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia sustentabilidade na era da globalização**. Trad. Rita Pereira. Porto Alegre: UFRGS, 2008. 372p.
- PRADO JÚNIOR, Caio. **A questão agrária no Brasil**. 3. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- RAFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.
- SANTOS, Milton. **O retorno do território**. In Território : globalização e fragmentação. São Paulo: HUCITEC/ Annablume, 2002
- SILVA, Carlos Alberto Franco. **A logística da Hidrovia Maneira na Expansão da soja na Amazônia**. GEOgraphia - Ano 7 - No 14 – 2006.
- VENTURIERI, A. et al. Análise da expansão da agricultura de grãos na região de Santarém e Belterra, Oeste do Estado do Pará. In: **ANAIS XII SIMPÓSIO BRASILEIRO DE SENSORIAMENTO REMOTO**. Florianópolis, Brasil, 21-26 abril 2007, INPE, p. 70037010.
- VELHO, Otávio G. **Capitalismo autoritário e campesinato**. São Paulo - Rio de janeiro: DIFEL, 1979.